


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012698-38.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção da Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 06/12/2013 15:34:30 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

MARIA MADALENA GHIDELLI TACIN opõe embargos à execução fiscal que lhe move a **FAZENDA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** aduzindo que os créditos estão prescritos e que a CDA nº 049440/2008 (fls. 03 dos autos principais) é nula pois não indica corretamente o vencimento.

A embargada apresentou impugnação (fls. 14/22), alegando: (i) descabimento dos embargos pois o juízo não está integralmente seguro; (ii) inocorrência da prescrição; (iii) correção formal da CDA questionada.

A embargante não apresentou réplica (fls. 41).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Os embargos devem ser rejeitados.

Prescrição

A interrupção da prescrição não se deu com a citação, e sim com o despacho que a determinou (art. 174, parágrafo único, I, CTN, redação da LC 118/05), ou seja, 12/12/2011 (fls. 02), não tendo transcorrido 5 anos desde os vencimentos até tal data. Inocorreu a prescrição.

CDA's

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF, a respeito da CDA: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

demaís encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.

Quanto ao vencimento indicado na 049440/2008 (fls. 03, autos da execução), o IPTU é de 2007 e o vencimento é em 2008 porque, como demonstrado e comprovado pela embargada em impugnação aos embargos, a embargante postulou administrativamente a revisão do IPTU de 2007, obtendo decisão favorável, o que arrastou o vencimento para o ano subsequente. Nenhuma irregularidade.

Na verdade, analisando as CDAs que instruem a execução, verifico que preenchem quase que a totalidade dos requisitos legais, somente não foram atendidos os seguintes: termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e da multa; específica disposição de lei que fundamenta o crédito.

Todavia, no caso em tela, apesar do não preenchimento de todos os requisitos formais, não se vislumbra prejuízo à defesa da executada.

É que a não indicação da específica disposição (artigo; inciso; parágrafo) da lei que fundamenta o crédito não cria qualquer dificuldade ao contribuinte, pois a CDA específica que se trata de cobrança de IPTU e com fulcro na Lei Municipal nº 5.495/66, bastando à executada que consulte as disposições sobre o IPTU da lei em questão.

Quanto ao termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos, é intuitivo, mesmo ao leigo, que no caso de dívida a termo (caso do IPTU, cobrado por carnê com prazos para pagamento), o termo inicial é o vencimento.

Inexistindo prejuízo à defesa da executada, não se fala em nulidade da execução fiscal, uma vez que a indicação dos dados previstos na legislação, na CDA, têm exatamente o propósito de proporcionar a defesa do contribuinte. Analogicamente, aplicam-se as regras do CPC para o tratamento das nulidades processuais (art. 244; art. 249, § 1º; art. 250, § único).

Nesse sentido, o E. STJ entendeu que “a existência de vícios formais na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Certidão de Dívida Ativa apenas leva a sua nulidade se causar prejuízo ao exercício do direito de ampla defesa” (AgRg no Ag 1153617/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009).

E, em outro precedente salutar, o mesmo STJ:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA. ART. 2º, § 5º, DA LEF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SANEAMENTO DO VÍCIO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. A nulidade da CDA não deve ser declarada por eventuais falhas que não geram prejuízos para o executado promover a sua defesa, informado que é o sistema processual brasileiro pela regra da instrumentalidade das formas (pas des nullités sans grief), nulificando-se o processo, inclusive a execução fiscal, apenas quando há sacrifício aos fins da Justiça.

(...) 4. A pena de nulidade da inscrição e da respectiva CDA, prevista no artigo 203, do CTN, deve ser interpretada cum granu salis. Isto porque o escopo precípua da referida imposição legal é assegurar ao devedor o conhecimento da origem do débito, de forma a ser exercido o controle da legalidade do ato e o seu direito de defesa.

(...) 6. Destarte, não é qualquer omissão de requisitos formais da CDA que conduz à sua nulidade, devendo a irregularidade provocar uma efetiva dificuldade de defesa por parte do executado, máxime quando essa falha resta superada pela juntada aos autos de documentos que possibilitem o pleno exercício do direito de defesa, razão pela qual reputa-se incólume a presunção de liquidez e certeza do título executivo.

7. Recurso especial provido.

(REsp 812282/MA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2007, DJ 31/05/2007, p. 363)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **REJEITO** os embargos e **CONDENO** a embargante em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 724,00, observada a AJG.

Prossiga-se nos autos da execução. Dê-se vista ao exequente.

P.R.I.

São Carlos, 27 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA